ACORDO ORTOGRÁFICO: TRANSIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO VIDEOCONFERÊNCIA DO PROFESSOR RUY BERGER RESUMO

(*) A revisão deste texto já considera as novas normas do Acordo Ortográfico.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em setembro de 2008 e está em vigor. Para falar sobre o assunto foi convidado o Professor Ruy Berger, ex-secretário da Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), consultor da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e integrante da equipe que propõe a diversificação curricular. A videoconferência foi apresentada no curso “Grandes temas da atualidade”, do projeto Apoio à continuidade de estudos, em 15 de outubro de 2008.

Nuances da implantação das novas regras.

O professor Ruy abriu a apresentação dizendo: “A reforma está em pauta. Embora tenha um período para a implantação, ela está em vigência, pois foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula. Esta é uma das muitas reformas pelas quais passamos”. E brincou: “Para mim, que não sou tão velho, esta é a quarta reforma”. “Mas”, salientou, “esta tem uma característica diferente: é unificadora. As outras tinham um caráter mais simplificador. A nova reforma pretende unificar a ortografia dos países de língua portuguesa”.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa não será exigido nos concursos e vestibulares, pelo menos quanto às mudanças na escrita. No entanto, o assunto

vem sendo polemizado e poderá ser tema de redação, discussão e argumentação nos exames.

240 milhões de falantes do português no mundo

Segundo Ruy Berger, a nova reforma é produto de um acordo entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Durante 18 anos, os termos do acordo ora ratificado foram bastante discutidos. A reforma da ortografia pretende unificar o registro escrito nos oito países que falam o português – Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Brasil e Portugal. O professor lembra que “o português é falado ainda em Macau – região autônoma da China, antiga colônia portuguesa. Lá o idioma é cooficial, juntamente com o chinês, e usado principalmente pelos mais velhos. Os jovens falam o chinês e, prioritariamente, o inglês”. A ortografia atual desses países foi produto de transformações ocorridas ao longo do tempo, isoladamente. Até esta reforma entrar em vigor, temos duas normas ortográficas, uma para o Brasil e outra para os demais países que seguem a ortografia de Portugal.

O português, falado por 240 milhões de pessoas, é a quarta língua de origem europeia com o maior número de falantes no mundo. Os outros três idiomas têm políticas de difusão muito firmes. De acordo com o professor Ruy, “a ortografia ter bases comuns é um aspecto muito importante para a difusão e o ensino da língua. O aluno irá aprender português, um idioma único, ainda que seja com a pronúncia de Portugal ou do Brasil. Ao facilitar seu ensino e difusão, a unificação ortográfica fortalece a língua e permite ao idioma maior visibilidade no mundo”.

Outro aspecto, este político, apresentado pelo professor é de que a língua precisa ter a ortografia unificada para ser adotada em organismos

internacionais como língua oficial. Ele cita como exemplo a Unesco (sigla, em inglês, de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que não pode produzir um documento em português do Brasil e outro em português de Portugal, e resume: “Ter uma ortografia unificada é importante no âmbito político”. “No nível econômico”, afirma, “o novo acordo vai permitir um intercâmbio comercial muito maior dos produtos da indústria editorial: livros, dicionários, jornais, revistas. Além da troca de ideias e de informações entre os países”.

A resistência cultural e as bases do acordo

“A grande questão é cultural”, diz Ruy Berger. A resistência à reforma, principalmente nos meios literários e entre os estudiosos da língua, deve-se ao fato de ela ser considerada demasiado simplificadora. Os críticos acham que as mudanças fazem perder suas características históricas. O professor explica que: “A polêmica se deve ao fato de a reforma priorizar aspectos fonéticos (da fala). Com isso, a ratificação do acordo pelos vários países tem encontrado oposição”.

As bases firmadas anteriormente definiram que, se três países tivessem ratificado o acordo, ele já seria vigente. Até este momento, quatro países já o fizeram: Brasil, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Com isso, ela já é vigente.

O que muda

O professor Ruy reconhece que “o acordo oficializa o que já vinha sendo usado há muito tempo, principalmente no Brasil”. Entre as mudanças estão o fim do trema, novas regras para o emprego do hífen, reintrodução das letras w,

k e **y** ao alfabeto, além de novas regras de acentuação. O professor passa então a detalhar e comentar cada mudança:

1. O alfabeto da língua portuguesa reincorpora oficialmente as letras **w**, **k** e **y** e passa a ter 26 letras, embora seu uso continue restrito a palavras e nomes de origem estrangeira e aos derivados desses nomes.

2. As chamadas consoantes mudas, que não são pronunciadas na fala, serão abolidas na escrita, como em “objecto” e “adopção, nas quais as letras “c” e “p” são omitidas. *Exceção:* A grafia é facultativa nas palavras que são pronunciadas diferentemente no Brasil e em Portugal. Neste caso, teremos as duas grafias como opção.

Exemplos: aspecto, no Brasil; fato e facto, em Portugal (“fato”, em Portugal, significa “terno”).

3. O trema, que já havia sido suprimido na escrita dos portugueses, desaparece também no Brasil. Palavras como “lingüiça” e “tranqüilo” passarão a ser grafadas sem o sinal gráfico sobre a letra “u”. *Exceções:* os nomes estrangeiros e seus derivados, como “Müller” e “Hübner”.

4. Como em Portugal, deixaremos de acentuar, com acento agudo, as paroxítonas com ditongos abertos “ei” e “oi”, como “idéia”, “heróico”, “jibóia” e “assembléia”. O mesmo ocorre com o “i” e o “u” tônicos, quando vierem depois de um ditongo: “feiúra”, “baiúca”. Contudo, o “ei” e o “oi” de palavras oxítonas e monossílabas tônicas de timbres abertos continuam acentuados: constrói, herói, anéis, anzóis, cruéis, fiéis, papéis.

5. Perdem o acento as palavras paroxítonas homógrafas (acento diferencial), como em: pára (verbo); péla (substantivo e verbo); pêlo (substantivo), pélo (verbo). *Exceções:* mantém-se em “pôde” e “pôr”.

Comentário: “E, mais uma vez, alguma coisa será facultativa. Ou seja, poderá ser acentuada ou não”. *Exemplo:* substantivo fôrma, em oposição ao substantivo e forma verbal “forma” (terceira pessoa do singular do presente do indicativo de formar).

6. Outra mudança significativa: deixará de existir o acento circunflexo em paroxítonas com duplos “e” ou “o”, em formas verbais como “vão”, “dêem” e “vêem”.

Comentário: “Realmente não havia necessidade de acentuação. Agora, vamos voar sem acento”.

7. Sai o acento agudo do “u” tônico de formas verbais rizotônicas (com acento na raiz) quando parte dos grupos “que” e “qui”, “gue” e “gui”.

Exemplos: as formas apazigúe, argúem e averigúe passam a ser grafadas como apazigue, arguem e averigue.

8. Algumas palavras permanecem com esse acento, porque se privilegiou o critério fonético e não o etimológico ou o histórico, em termos de origem da palavra. *Exemplo:* Com agudo ou circunflexo: no Brasil, Antônio, tênis e fenômeno; em Portugal, António, ténis e fenómeno — isso ocorre principalmente em paroxítonas cuja entonação entre brasileiros e portugueses é diferente, com inflexão mais aberta ou fechada. A regra valerá, ainda, para algumas oxítonas. Palavras como caratê e crochê poderão ser escritas como “caratê” e “croché”.

Comentário: “Ambas as grafias serão aceitas de acordo com a pronúncia em cada país”.

O hífen: vai ser problema ou simplificação?

Segundo a avaliação do professor Ruy Berger, “o hífen é o caso mais complexo, mais discutível e menos claro. O objetivo das mudanças é simplificar a utilização do sinal gráfico, mas a verdade é que as regras geram muitas dúvidas e discussões, e, pelo que parece, o texto do acordo não é suficientemente preciso”.

Algumas regras do uso do hífen, mais claras, são apresentadas pelo professor Ruy. Quando o hífen deve ou não ser usado:

a) O sinal será abolido em palavras compostas em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com vogal diferente, como em “aeroespacial” (aero+espacial) e em “extraescolar” (extra+escolar).

b) Quando o primeiro elemento finalizar com vogal igual à do segundo elemento, o hífen deverá ser utilizado. *Exemplo:* micro-ondas, anti-inflamatório.

c) A partir da reforma, nos casos em que a primeira palavra terminar com vogal e a segunda começar por consoante “r” ou “s”, essas letras deverão ser duplicadas e grafadas numa palavra única, como em “anti + semita” = antissemita. *Exceção:* quando o primeiro elemento terminar em “r” e o segundo elemento começar com a mesma letra. Nesse caso, a palavra deverá ser grafada com hífen, como em “hiper-requintado” e “inter-racial”. *Comentário:* “Neste caso, o critério é fonético e não histórico. Esse é um dos casos pouco entendidos. Se no caso anterior é possível dobrar o ‘s’, aqui também poderíamos escrever com os dois “rr”. Ocorre que, aqui, nós pronunciamos esses ‘erres’. Marcando foneticamente, temos as duas consoantes claramente identificadas”.

A implantação das regras

De 2009 até 31 de dezembro de 2012, ou seja, durante quatro anos, o país deverá ter um período de transição, no qual ficam valendo tanto a ortografia atual quanto as novas regras. Assim, concursos e vestibulares deverão aceitar as duas formas de escrita – a atual e a nova. A implantação das novas regras será feita de forma gradual. Nos livros escolares, a incorporação das mudanças deverá ser obrigatória a partir de 2010. Em 2009, podem circular livros tanto na atual quanto na nova ortografia. As editoras já começam a se adaptar à reforma ortográfica.

Segundo o professor Ruy, “o MEC disponibilizou na rede, pela internet, uma minuta do decreto para consulta pública, na qual a sugestão é que fique estabelecido que a atual ortografia conviverá com aquela prevista no acordo por três anos”.

Controvérsias serão resolvidas apenas com a publicação da edição revisada do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), em elaboração pela Academia Brasileira de Letras, que prevê sua conclusão para março de 2009.

Na hora de enfrentar papel e caneta, nem sempre o bom português estará na ponta da língua.

“Esta é uma reforma que levará tempo para ser incorporada”, diz Ruy Berger. E complementa: “A gente já teve alguma experiência nas outras reformas e já percebeu que isso não é automático. Ainda vamos levar muito tempo escrevendo ‘assembleia’ com acento”.

“O mais importante dessa reforma é que passaremos a ter um padrão comum de ortografia para todos os países de língua portuguesa”, resume o professor. Mas ressalta, encerrando a videoconferência: “Ainda que este padrão admita variantes, estas deixam de ser variantes próprias de um país ou de outro e passam a ser variantes do idioma. A reforma não gera grandes problemas para

a comunicação. Do ponto de vista da consistência da língua, a nossa adesão tem um significado social. Nesse sentido, ela é importante: facilitar a circulação de ideias entre os países de língua portuguesa e colocar o português no contexto, na relevância das línguas mais faladas do planeta. Há muitas exceções, mas... **mãos à obra**".

Videoconferência realizada pelo professor Ruy Berger exibida em 15/10/08 para o curso "Grandes Temas da Atualidade" do projeto Apoio à Continuidade de Estudos. [Clique aqui](#) para assistir a videoconferência.